

**As muitas  
cabeças de**

# **Afonso Cruz**

**ípsilon**

**É que queria saber o que pareceu sempre desimportante aos autores portugueses. Quem era mesmo aquele homem que compensava o desastre do físico com uma extrema vaidade no vestir (...). Qual a tabacaria da Tabacaria. Por aí**

sua vida económica por mim descrita, no livro. Problema é saber se o poema *Para além d'outro oceano* foi escrito por dito senhor em carne e osso ou por Pessoa, que o assinou aproveitando seu nome – um estilo que se repete com frequência, na sua heteronímia. A favor de ser mesmo do tal senhor, temos que sua neta, Ana Rita Palmerim, localizou em seus pertences uma cópia à mão do tal poema. O que, a rigor, não é prova definitiva. Podendo dar-se que José Coelho, achando curioso o nome do heterónimo, tivesse feito cópia dele. Em favor de ser de Pessoa, temos vários argumentos. O estilo, próximo ao seu. A pobreza literária do José Coelho real, que se vê na revista que dirigiu, *A Renascença*, de 1914. A carta (de 20 de Fevereiro de 1915), dirigida a Pessoa, em que não fala do poema. O tema, falando em rebanhos de ovelhas, semelhante ao *Guardador* de Caetano. Sem contar que Pessoa usou quase as mesmas palavras em poema anterior, *Falou Deus*, de 1 de Fevereiro de 1913: “Em que barca vou/ P’ra Além do Oceano”. A professora tem certeza do que afirma, sem se dar ao trabalho de opor argumentos. De minha parte, em posição mais humilde, deixo ao leitor decidir. Tanto que encerro esse texto, no livro, dizendo que, caso o leitor considerar ser o poema mesmo do José Coelho, então “anote-se, na extensa galeria dos heterónimos de Pessoa, um a menos”. Penso que é mais justo.

Haveria tanto mais a dizer, só que não quero cansar o leitor. Apenas uma observação mais. Não afirmo que Pessoa escreveu os poemas que vendeu ao judeu russo Eliezer Kamenesky. Isso quem diz é o senhor Ernesto Martins, que tem loja de livros raros, a Biblarte, em São Pedro de Alcântara, 71, no Bairro Alto, ao cimo do Elevador da Glória. E está bem vivo. A mim cabe apenas a transcrição de um depoimento. Se for conversar com ele, professora, Martins também lhe dirá em que grau de consumo de álcool chegava nosso poeta à loja, então propriedade do próprio Kamenesky. E se tivesse a ventura de conversar com António, filho do barbeiro Manassés, ou com Carlos “Bate Chapa” Campos, seu amigo, ouviria também relatos similares. Claro que, tendo enorme resistência aos efeitos do álcool, não era um “bêbado”, no sentido de alguém que tropeça ou fala enrolado. Enfim, esse debate cabe em outro foro.

Dando os trâmites por findos, apenas acrescento que não tenho interesse em voltar ao tema. Sobretudo porque, para além de eventuais diferenças, há algo maior que nos une, esse amor incondicional pelo génio absoluto que foi, e é, Fernando Pessoa. Viva Portugal, então, que haverá de “cumprir-se”, palavras de Pessoa, na sua utopia do Quinto Império. E viva Pessoa, claro. Para sempre.

Problema é que, e a professora sabe disso, esse jornalzinho foi escrito à mão pelo próprio Pessoa, em 1902. Em papel tão fino que temi se desfizesse quando o consultei, na Biblioteca Nacional. Assim, para sustentar ser não uma coincidência (como suponho) mas referência a uma pessoa real (como supõe a professora), teríamos o prodígio de que, com pouco mais de oito anos, já ser padre o tal senhor e já ter escrito sete livros. Decida o leitor qual a hipótese mais provável.

Outro é C. Pacheco. Claro que existiu mesmo um José Coelho de Jesus Pacheco, com biografia de

## Convidado Paulo Martins Barata Bienal de Veneza 2012: quantos cabem num Mini?

Comissariar é fazer escolhas, é definir critérios, é gerir o xadrez dos compromissos e das complicitades, é responder a favores, e é, em última análise, excluir. É difícil fazê-lo sem ofender, sem magoar, sem irritar.



Muitos leitores já não são do tempo do *Passeio dos Alegres* de Júlio Isidro e da sua rubrica “Quantos cabem num Mini?” Tratava-se de um exercício de contorcionismo colectivo que tinha por objectivo empacotar o maior número de almas na célebre carroçaria de sir Alec Issigonis. Vem isto a propósito da Representação Portuguesa da 13ª Exposição de Arquitectura da Bienal de Veneza 2012, e dos seus 21 autores representados(!). O tema internacional, lançado pelo britânico David Chipperfield, é *common ground*, numa dupla alusão entre a “partilha de um território” e os “aspectos em

comum” de certas práticas profissionais. Com base nesta premissa, a comissão nacional, Inês Lobo, propõe *Lisbon Ground* (ver [www.labiennale.org](http://www.labiennale.org)) como lugar comum para um conjunto de projectos e de práticas. Até aqui tudo bem. Lisboa está, apesar da crise, com enorme pujança turística e os três projectos estruturantes da frente ribeirinha (Museu dos Coches, Jardim da Ribeira das Naus e Terminal de Cruzeiros), com maior ou menor utilidade pública, são um inequívoco testemunho dessa vitalidade. Mas daquilo que poderia ser um eficaz e claro exercício de contenção ao efeito “Mini” foi um ápice: Siza, Alves Costa, Bárbara Rangel, Catarina Mourão, Aires Mateus, Gomes da Silva, Graça Dias, Mendes da Rocha, Ricardo Carvalho, Rui Mendes, Duarte Bello, Gonçalo Byrne, João Nunes, Carlos Ribas, Souto Moura, João Favila, Joana Vilhena, José Adrião, Carrilho da Graça, Manuel Salgado e António Costa. Não cabe mais ninguém. Até o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa estão arrolados como autores, num menu com a eficácia comunicacional de uma lista telefónica. Entretanto, esta espécie de bienal paralela acontece num recôndito e inacessível armazém chamado Fondaco Marcello, que, apesar de dar para o Canal Grande, só se acede por terra com artimanhas de João Feijão.

Inês Lobo já devia conhecer bem os contornos deste efeito na Bienal de 2004, em que ambos os nossos *ateliers* participaram, numa lógica que remetia então para um confronto geracional (X e Y). Comissariado por Pedro Gadanho e por Luís Tavares Pereira, éramos então 10 equipas, mais 3 ou 4 artistas para compor o obrigatório ramalhete das transdisciplinidades de Paulo Cunha e Silva. Mérito em grande parte da qualidade da montagem, a exposição *Metaflux* estava forte e

compacta. Numa edição da Bienal particularmente marcada pelos universos da arquitectura digital, recordo-me da exclamação de Vittorio Lampugnani: *Finally, architecture...!*, a propósito da Representação Portuguesa. Lembro-me também da imensa *entourage* oficial portuguesa que, convenientemente instalada no Danieli para o que prometia ser uma divertida semana em Veneza, tinha a ubíqua “Teggy” por secretária de estado da cultura. No dia da inauguração, os jovens arquitectos prestimosamente alinhados mostravam as suas acrobacias à jovem estadista. Nem ela, nem o director do Instituto, nem qualquer outro dignatário esboçava a mais leve intenção de comunicar ao mundo. Estávamos em plena Ovibeja. Paralelamente, fui convidado para a inauguração da Representação da Alemanha, pelos arquitectos Sauerbruch Hutton e Hild+K. O convite para um discreto *cocktail* num palácio a caminho dos Giardini, bem como o respectivo *press-release* e as confirmações, tinham sido feitos com tal antecedência e eficácia que toda a imprensa internacional parecia estar presente, desde o *Guardian*, ao *Corriere della Sera*. O ministro da cultura fez um curto discurso e agradeceu a todos os presentes em nome do seu país, enquanto o comissário descreveu os aspectos mais relevantes da obra dos 2 *ateliers* representados. Pelo gritante contraste, ocorreu-me então que o “problema português” não era falta de talento, de ideias ou de recursos. Era falta de formalidade. Tudo acontecia (e suponho que irá voltar a acontecer...) como um encontro de velhos amigos. O tão prosaico “Olá, tu por aqui?” da música do Paulo de Carvalho. O jantar no Rialto (Trattoria alla Madonna, obviamente), seguido de copos no Harry’s Bar, mas fundamentalmente, uma espécie de Salão Lisboa, em Veneza.

Como ex-comissário, compreendo bem os dilemas de Inês Lobo. Comissariar é fazer escolhas, é definir critérios, é gerir o xadrez dos compromissos e das complicitades, é responder a favores, e é, em última análise, excluir. É difícil fazê-lo sem ofender, sem magoar, sem irritar (eu próprio acho que há muito esgotei a quota mínima de sociabilidade). Porém, a estratégia do “Quantos cabem?” – ainda que legitimada pelo habitual discurso da multiplicidade e complexidade poética da cidade – mais parece uma lista de apoiantes à reeleição de Costa. Parece-me que dificilmente será interessante para um palco internacional. No entanto, e ao abrigo do famoso adágio musical: *It ain't over till the fat lady sings*, desejo o maior sucesso à nossa representação.

**Paulo Martins Barata é arquitecto em Doha e Lisboa  
[pmb@promontorio.net](mailto:pmb@promontorio.net)**